DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 2

ABORDAGEM DA REGULAÇÃO, ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO E AS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho

Dezembro de 2016

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UFSJ

Mello Filho, Marcelo Soares Bandeira de.

Abordagem da regulação, escola das estruturas sociais de acumulação e as crises do capitalismo contemporâneo / Marcelo Sores Bandeira de Mello Filho. – São João del Rei: UFSJ / DCECO, 2016.

24 p. (Textos para discussão; n. 2)

Inclui bibliografia.

11. Abordagem da regulação. 2. Estrutura social de acumulação. 3. Capitalismo. I. Título.

CDU: 330

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO SOÃO DEL REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DCECO

ABORDAGEM DA REGULAÇÃO, ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO E AS CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho
Professor do DCECO/UFSJ

DCECO/UFSJ
SÃO JOÃO DEL REI
2016

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 06
2. A ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO 06
3. A ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO..... 08
4. AS INSUFICIÊNCIAS DA AR E DA EESA 11
5. ELEMENTOS PARA UMA TEORIA ESTRATIFICADA DO CAPITALISMO.... 13
6. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO..... 17
7. CONCLUSÃO 20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 21

RESUMO

A abordagem da regulação e a escola da estrutura social de acumulação surgiram na década de 1970, objetivando compreender as transformações históricas do capitalismo. Para isso construíram conceitos intermediários entre as categorias mais fundamentais de Marx e as variáveis econômicas contemporâneas. A análise das instituições características de cada período realizaria essa mediação entre as características gerais do modo de produção e os fatos históricos propriamente ditos. Entretanto, ao longo do desenvolvimento da abordagem da regulação e a escola da estrutura social de acumulação, as escolas se distanciaram da investigação das características básicas do capitalismo e tiveram dificuldade em compreender a economia da década de 1980 em diante. O presente artigo pretende apresentar as escolas, apontar algumas das principais insuficiências teóricas das abordagens e sugerir o retorno ao projeto teórico original, que consistia em combinar as análises do marxismo, do keynesianismo e do institucionalismo, para procurar entender as transformações do capitalismo.

Palavras-chave: Abordagem da regulação; estrutura social de acumulação; capitalismo.

ABSTRACT

The regulation approach and the school of the social structures of accumulation emerged in the 1970s, aiming at understanding the historical transformations of capitalism. For this they constructed intermediate concepts between Marx's most fundamental categories and contemporary economic variables. The analysis of the institutions characteristic of each period would perform this mediation between the general characteristics of the mode of production and the historical facts themselves. However, throughout their development, the regulatory approach and the school of the social structures of accumulation distanced themselves from the investigation of the basic characteristics of capitalism and face difficulties in understanding the economy from the 1980s onwards. The present article intends to present these schools, point out some of their main theoretical shortcomings and suggest a return to the original theoretical project, which consisted of combining the analyses of Marxism, Keynesianism, and institutionalism in order to understand the transformations of capitalism.

Key words: Regulation approach; social structures of accumulation; capitalism.

Classificação JEL: B52 - Histórica; Institucional; Evolucionária

1. **INTRODUÇÃO**

O colapso do banco Lehman Brothers, em 2008, marcou o estopim da crise financeira americana, associada ao endividamento, especialmente relacionado ao setor imobiliário. Diversos autores analisados no presente trabalho (LORDON, 2008; BOYER, 2011; LIPIETZ, 2012; KOTZ, MCDONOUGH, 2010; LIPPIT, 2014) compreendem que essa crise marca uma mudança de etapa do capitalismo. Esses autores se identificam com escolas de pensamento econômico – inspiradas no marxismo, no keynesianismo e no institucionalismo – que procuram explicar as transformações qualitativas do modo de produção capitalista.

A abordagem da regulação (AR) e a escola da estrutura social de acumulação (EESA) surgiram, de modo relativamente independente, em meados da década de 1970. As duas escolas de pensamento compreendem o capitalismo como um sistema econômico que não é autorregulado, mas organizado com base em instituições (que podem ser leis, rotinas, hábitos, costumes etc), que não são explicáveis apenas pelo cálculo econômico, pois são construções sociais permeadas por elementos políticos, culturais e ideológicos.

As duas escolas surgiram procurando construir conceitos que pudessem estabelecer um nível intermediário de análise entre as categorias mais fundamentais para a compreensão do modo de produção capitalista – que, segundo as duas escolas, teriam sido elaboradas por Marx – e os dados mais factuais da economia. A análise das instituições características de cada período da economia realizaria essa mediação entre as características gerais do modo de produção e os fatos históricos propriamente ditos. Entretanto, ao longo do desenvolvimento da AR e da EESA, as escolas se distanciaram da investigação das características básicas do capitalismo e tiveram dificuldade em compreender a economia da década de 1980 em diante. O presente artigo objetiva apresentar a AR e a EESA, apontar algumas das principais insuficiências teóricas das duas abordagens e sugerir o retorno ao projeto teórico original de ambas as escolas, que consistia em combinar as análises do marxismo, do keynesianismo e do institucionalismo, para procurar entender as transformações do capitalismo.

2. **A ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO**

A abordagem da regulação surgiu no ambiente acadêmico francês, influenciado pelo marxismo estruturalista e pela utilização de modelos macroeconômicos de inspiração keynesiana. Antes de avançar a argumentação é necessário sublinhar um ponto importante para a compreensão da escola. O termo regulação não se refere ao uso mais comum em economia, que é sinônimo de regulamentação, mas diz respeito à reprodução e à transformação do capitalismo, apreendidas por meio de conceitos que captem as regularidades observadas em determinada época do modo de produção. Desse modo, o conceito procura substituir a análise do equilíbrio geral da economia pela investigação do arcabouço institucional responsável pela estabilidade da reprodução do sistema econômico em suas diferentes fases.

A obra de Michel Aglietta, “Régulation et crises du capitalisme”, baseou-se na tese de doutorado defendida em 1974. O livro foi publicado na França em 1976 e nos Estados Unidos, em 1979, com o título de “A theory of capitalist regulation: the US experience”. É considerada a obra na qual a abordagem da regulação é sistematizada pela primeira vez. Além de Aglietta, outros importantes autores ligados à corrente são Boyer, Lipietz, Lordon e Coriat.

Em 1986, Boyer publicou um livro, lançado em português em 1990, “Teoria da regulação: uma análise crítica”, que apresenta a AR. A passagem a seguir sintetiza bem o projeto teórico da escola, que procurar utilizar a história de longa duração para criar uma hierarquia de conceitos partindo de Marx e utilizar tais conceitos para a compreensão tanto das leis gerais quanto das regularidades históricas do capitalismo:

> O objetivo da análise em termos de regulação é, justamente, o de fazer da história de longa duração o meio para um enriquecimento e uma elaboração crítica das intuições marxistas referentes à dinâmica das economias capitalistas. Se ainda é estimulante partir dos ensinamentos de Marx, esta década de pesquisas procurou, precisamente, criar uma hierarquização desta herança: entre os conceitos mais abstratos (...) e as noções que podem e devem ser confrontadas com as evoluções observadas (...); entre uma relação social geral e as formas específicas que ela assume ao longo do tempo; entre as leis trans-históricas e as simples regularidades econômicas válidas para um conjunto bem específico de formas sociais (BOYER, 1990, p. 65).

Considerando que a investigação de Marx acerca do modo de produção capitalista constitua o nível mais abstrato de investigação, o conceito de regime de acumulação, que se refere às regularidades macroeconômicas de crescimento, estaria em um nível intermediário de abstração. No plano menos abstrato de análise estaria o conceito de modo de regulação, o conjunto das formas institucionais, que por sua vez, são as formas históricas nas quais aparecem as relações sociais básicas do modo de produção. Tal conjunto de conceitos permite que se estabeleça uma periodização do modo de produção. Também possibilita o reconhecimento da diferenciação espacial do capitalismo (LIPIETZ, 1988, p. 45-50; BOYER, 1990; 2004).

Tendo por base os diferentes planos conceituais, a escola elabora uma tipologia das crises econômicas. As pequenas crises podem ser resolvidas sem mudanças estruturais no sistema, enquanto as grandes crises atingem diferentes níveis das estruturas econômicas, podendo afetar uma ou mais formas institucionais, o modo de regulação como um todo, ou até o regime de acumulação. Existe ainda a possibilidade da crise do modo de produção.

A AR reconhece dois regimes de acumulação. No regime de acumulação extensiva prevalece a extração de mais-valia absoluta (é um regime de baixo crescimento da produtividade), enquanto na acumulação intensiva prevalece a extração de mais-valia relativa (ou seja, elevado crescimento da produtividade). O fordismo, padrão de crescimento dos países desenvolvidos durante a “era de ouro” do capitalismo (1945-1973), seria entendido a partir da conjunção de um regime de acumulação intensiva com um modo de regulação monopolista: “Após a Segunda Guerra Mundial, o regime de acumulação intensiva, centrado no consumo em massa, pôde se generalizar justamente porque um novo modo de regulação, monopolista, havia incorporado a priori na determinação dos salários e dos lucros nominais, um crescimento do consumo popular em proporção aos ganhos de produtividade” (LIPIETZ, 1988, p. 50).

No âmbito do modo de regulação, as principais instituições seriam: 1) relação salarial marcada por convênios coletivos, salário mínimo crescente, previdência social e outras formas de salário indireto; 2) gestão da moeda marcada pelo dinheiro fiduciário e pela generalização dos empréstimos bancários para as firmas e famílias; 3) formas de governo do tipo Estado-Providência e que adotam políticas keynesianas; 4) no plano internacional, predominaria a hegemonia americana, já que os Estados Unidos eram o país com maior parque industrial e maior domínio tecnológico. Além disso, os EUA

financiaram os planos Marshall e MacArthur e controlavam instituições como GATT, FMI e OCDE (LIPIETZ, 1988, p. 52-56).

A crise do fordismo teria começado com uma desaceleração geral dos ganhos de produtividade. Em seguida teria ocorrido uma compressão dos lucros (profit squeeze) decorrente dos aumentos salariais. Como consequência, ocorreria crescimento inflacionário e menores níveis de investimento e de emprego (AGLIETTA, 1979; LIPIETZ, 1988; BOYER, 1998; CORIAT, 1994). Segundo os autores regulacionistas, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela busca de novos regimes de crescimento (chamados de pós-fordistas). Mais recentemente, no início dos anos 2000, os regulacionistas identificaram o regime de acumulação liderado pelas finanças como o regime que estaria prevalecendo nos Estados Unidos.

Em termos mais esquemáticos, depois do ano 2000, a AR advoga que teria ocorrido a sucessão de quatro padrões de crescimento, sendo que um deles teria se mostrado inviável (BOYER, 2004, p. 56-61): 1) acumulação extensiva com regulação concorrencial, característica da segunda metade do século XIX. A demanda é puxada pelo consumo das elites, já que os salários são determinados concorrencialmente; 2) acumulação intensiva sem consumo em massa. A ciência foi mobilizada para racionalizar os métodos de produção. Os salários não acompanham os ganhos de produtividade. Crises de subconsumo acabaram por mostrar a inviabilidade do padrão de crescimento; 3) acumulação intensiva com consumo em massa (fordismo). Fundada com a institucionalização da participação dos salários nos ganhos de produtividade. A aplicação da ciência e da tecnologia é intensiva. O Estado garante direitos sociais e estabilidade do crescimento; 4) acumulação extensiva com aprofundamento das desigualdades, regime que sucedeu o fordismo nos EUA. A contestação ao fordismo levou ao retorno dos baixos ganhos de produtividade. A relação salarial fordista foi destruída, há aumento do desemprego e da concorrência internacional e menores níveis salariais e de proteção social.

A acumulação extensiva com aprofundamento das desigualdades, modo de desenvolvimento que estaria sucedendo o fordismo nos EUA, poderia estar sendo acompanhada por um modo de regulação dominado pelas finanças: “Já foi evocada a possibilidade de um modo de regulação dominado pelas finanças de mercado como possível sucessor da regulação monopolista” (BOYER, 2004, p. 91). Nesse possível sucessor do fordismo, a rentabilidade das finanças substituiria o salário como principal fonte do aumento da demanda.

Após o estouro da bolha das hipotecas subprime, os autores regulacionistas se voltaram ao aprofundamento da compreensão do padrão de crescimento americano das últimas décadas e adotaram a visão de que se tratava de um regime de acumulação caracterizado como: liderado pelas finanças (BOYER, 2011; 2012); financeirizado e desregulamentado (LORDON, 2008); ou liberal-produtivista (LIPIETZ, 2001; 2012; 2015). Tal modelo, entretanto, já teria colapsado. Um novo modo de desenvolvimento poderia, então, emergir.

3. **A ESCOLA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS DE ACUMULAÇÃO**

Assim como a escola francesa da regulação, a escola das estruturas sociais de acumulação surgiu com o objetivo principal de compreender a crise econômica da década de 1970. Para isso, os autores da EESA – Gordon, Bowles, Reich, Edwards, Kotz, McDonough, etc – procuraram combinar as contribuições teóricas de Marx com uma análise mais concreta das instituições e dos tipos de crise característicos dos diferentes períodos do capitalismo.

Os autores procuraram partir dos insights teóricos fundamentais de Marx e, a partir daí, compreender as transformações nas etapas do capitalismo. De acordo com Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 19-20), a análise marxista, centrada nas duas características principais do sistema capitalista – a concorrência e o conflito entre capital e trabalho –, chegou a cinco importantes considerações sobre tendências do modo de produção:

> 1) Acumulação capitalista continuamente procura expandir as fronteiras do sistema capitalista (...).
> 2) Acumulação capitalista persistentemente aumenta o tamanho das grandes corporações e concentra o controle e a propriedade do capital em proporcionalmente poucas mãos (...).
> 3) A acumulação de capital generaliza o trabalho assalariado como o sistema predominante de produção, empurra uma proporção crescente da população ao status de trabalhador assalariado, e preenche novamente o estoque de reserva de trabalho. (…) O poder relativo de capitalistas e trabalhadores é mediado pela taxa na qual esse preenchimento procede (...).
> 4) Acumulação capitalista continuamente muda o processo de trabalho, tanto através da introdução, pelos empregadores, de tecnologias aprimoradas e novas máquinas quanto através da imposição de sistemas de gerenciamento crescentemente intensivos sobre os trabalhadores (...).
> 5) De modo a se defender contra os efeitos da acumulação capitalista, trabalhadores tem respondido com suas próprias atividades e lutas.

Embora considerem importantes as tendências delineadas por Marx, os autores da EESA defendem que tais tendências estão estabelecidas em um nível ainda muito abstrato. Não se pode compreender o que ocorre com o sistema capitalista apenas a partir delas. Para alcançar tal compreensão seria necessária a construção de um nível intermediário de análise, que não se resuma nem ao estrato mais abstrato de pensamento, nem ao nível factual dos estudos de caso:

> Nós propomos que um nível intermediário de análise, focado na lógica das ondas longas e das etapas do capitalismo, é necessário para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Esse nível de análise intermediário procura complementar tanto a análise abstrata e tradicional de Marx do desenvolvimento capitalista quanto a análise mais recente e concreta da vida cotidiana (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 22).

Os autores identificam quatro pilares do arcabouço institucional do pós-guerra: 1) a pax americana, o poder militar e econômico dos Estados Unidos; 2) o acordo capital-trabalho, que permitia ganhos salariais reais dos trabalhadores em troca de controle absoluto sobre a produção; 3) o acordo entre capitalistas e cidadãos, que permitia ao Estado reduzir a instabilidade macroeconômica e promover gastos públicos em infraestrutura, defesa, saúde, educação e seguridade social; 4) contenção da rivalidade intercapitalista, resultado de mercados oligopolizados por grandes firmas (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984; 1990).

Já a partir de meados da década de 1960, as fundações desse sistema teriam começado a erodir. No plano internacional, as empresas europeias e japonesas estavam mais competitivas, erodindo os superávits comerciais americanos. Além disso, os Estados Unidos são derrotados no Vietnã e a OPEP aumenta o preço do petróleo. No

que se refere ao acordo capital-trabalho, a coalizão que possibilitava crescimento econômico e salários crescentes, passou a ser ameaçada. Estava crescendo a insatisfação dos excluídos da relação salarial, principalmente negros e mulheres. Os déficits fiscais crescentes, aliados a uma política monetária expansionista em um ambiente de baixa taxa de desemprego e salários reais crescentes, contribuiriam com a pressão inflacionária e com a diminuição dos lucros (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984; 1990; GORDON, 1994).

Assim como os autores da AR, os adeptos da EESA compreendiam o capitalismo das décadas de 1980 e 1990 como uma continuação da crise dos anos 1970. Se a agenda neoliberal estava sendo bem sucedida em reduzir o papel do Estado, ela não estaria sendo capaz de construir uma estrutura social de acumulação: "(...) se uma estrutura social de acumulação é entendida não apenas como um conjunto de instituições que afeta a acumulação de capital, mas como um conjunto de instituições que promovem uma acumulação rápida e estável, então a continuação da ausência de rápido crescimento no longo prazo dos países capitalistas industrializados é inconsistente com o argumento de que nós temos agora uma estrutura social de acumulação neoliberal" (KOTZ, 2001, p. 97). A superação de tal crise só seria possível com a criação de uma nova estrutura social de acumulação:

> Muitos seguidores da abordagem da estrutura social de acumulação veem a condição atual do capitalismo mundial como uma continuação da estagnação que começou no final dos anos 1960 ou começo dos anos 1970. A longa duração desse período de estagnação resulta da falha, até agora, em criar uma estrutura social de acumulação nova e viável. Um novo período de expansão vigorosa requereria um novo conjunto de instituições internacionais efetivas, assim como de instituições nacionais efetivas, nos principais países capitalistas (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994b, p. 307-308).

Mais recentemente, os autores da EESA começaram a teorizar o capitalismo das últimas décadas como sendo algo mais do que uma simples continuação da crise da década de 1970. David Kotz foi o principal teórico a advogar essa ruptura, que promove uma releitura do conceito central da escola. Como o neoliberalismo é uma estrutura institucional coerente que existe desde os anos 1980, ele é uma estrutura social de acumulação, apesar de promover um baixo crescimento econômico (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 73). Não haveria argumentos teóricos sólidos para justificar que uma estrutura social de acumulação tenha que promover o crescimento econômico acelerado. O simples fato de que um período de elevado crescimento exija uma estrutura social de acumulação adequada não implica que toda estrutura social de acumulação garanta rápido crescimento (KOTZ, 2006; WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 76-77).

Depois da crise iniciada em 2008, vários dos desenvolvedores da abordagem das estruturas sociais de acumulação (KOTZ, MCDONOUGH, 2010; LIPPIT, 2014; KOTZ, 2013) afirmaram que a crise marca o colapso da estrutura social de acumulação neoliberal, que não poderia ser reformada de maneira modesta:

> As falas sobre a reestruturação econômica estão por toda parte na época em que estamos escrevendo. A teoria da estrutura social de acumulação não pode prever a direção que a reestruturação econômica vai tomar. Entretanto, a teoria da estrutura social de acumulação sugere que sustentar a estrutura social de acumulação neoliberal global não é uma opção viável e que, nos próximos anos,

> vai emergir um novo caminho para o sistema global, originado das lutas de várias classes e grupos (KOTZ, MCDONOUGH, 2010, p. 118).

4. **AS INSUFICIÊNCIAS DA AR E DA EESA**

Nesta seção serão apresentadas algumas das apreciações dirigidas às escolas. Também será elaborada uma crítica própria. Alguns artigos (DUMÉNIL, LÉVY, 1991; CLARKE, 1991; BRENNER, GLICK, 1991) questionam os principais fatos estilizados da escola francesa da regulação, utilizados para a periodização do capitalismo. De acordo com a escola da regulação, a Grande Depressão teria sido causada pela aceleração dos ganhos de produtividade (oriunda da generalização dos métodos fordistas de produção), não acompanhada pela elevação proporcional dos salários. Clarke (1991) questiona a existência de um regime de acumulação extensiva. "A ideia de que a acumulação antes da Primeira Guerra Mundial era baseada na produção de mais-valor absoluto parece muito estranha para alguém familiarizado como os rudimentos da história econômica do capitalismo" (CLARKE, 1991, p. 113).

Ainda segundo Clarke (1991), diferentemente do proposto pela abordagem da regulação, o crescimento salarial não estava necessariamente atrelado ao crescimento da produtividade, o que exacerbava o conflito distributivo. O crescimento salarial e as políticas keynesianas, longe de responderem ao regime de acumulação, seriam resultado da correlação de forças das classes sociais. Enquanto o keynesianismo teria sido uma ideologia que estava associada à resposta do capital e do Estado para as aspirações da classe trabalhadora, o neoliberalismo seria a ideologia que representava a subordinação dos trabalhadores às aspirações do capital. As políticas econômicas neoliberais de transferência de renda aos mais ricos, endividamento e aumento dos gastos militares teriam sustentado o crescimento nos anos 1980 (CLARKE, 1991, p. 120-129).

Brenner e Glick (1991) argumentam, contrariando os fatos estilizados regulacionistas, que, inclusive em condições competitivas, as empresas sofrem pressão para reduzir os custos e, portanto, serem mais produtivas . Brenner e Glick (1991) também observam que é implausível a descontinuidade observada pelos regulacionistas entre os sistemas produtivos tayloristas e fordistas e os tipos de processo produtivo que os antecederam. Haveria, nos Estados Unidos, desde a década de 1850, um padrão de crescimento com rápida ampliação da produtividade, o que os regulacionistas chamam de regime de acumulação intensiva. Em um artigo posterior, Brenner (1999, p. 61-63) critica a concepção regulacionista de que a capacidade declinante – e exógena à economia – de desenvolver as forças produtivas causou a crise do fordismo. E classifica, de modo provocativo, esse tipo de concepção de malthusiana.

Uma das críticas mais pertinentes à abordagem da regulação e à escola das estruturas sociais de acumulação é a ênfase excessiva ao plano nacional de análise. Samir Amin (1994, p. 1), por exemplo, destaca que os autores regulacionistas usam sua "lupa no capitalismo fordista", mas ignoram o resto do mundo. Uma análise mais pertinente das economias contemporâneas deveria levar em conta que "o capitalismo realmente existente é um sistema mundial" . Diferentemente de outros autores de inspiração marxista, como Hobsbawn (2003), os autores da AR e da EESA não posicionam a Guerra Fria no centro da explicação do surgimento e da decadência do padrão de crescimento da "era de ouro" do capitalismo (MEDEIROS, 1998) e não investigam adequadamente a relação entre a ascensão da China e os padrões de crescimento prevalecentes nas últimas décadas.

Toni Negri (1994) identifica na AR a dificuldade de compreender o caráter conflituoso do capitalismo. Atribui isso ao socialismo francês, marcado pelo

reformismo e pela apologia à colaboração de classes. Mesmo no período no qual o trabalho se torna cada vez mais móvel, flexível, imaterial e intelectual, os regulacionistas continuariam idealizando os trabalhadores como operários industriais e ainda acreditariam na velha fórmula dos compromissos e contratos. No período recente o capitalismo teria passado por transformações tecnológicas e políticas comandadas pelo capital, com o intuito de dissolver os compromissos anteriores: "Nos últimos vinte anos o capital agiu de maneira coerente não só para reverter a seu proveito o conteúdo dos compromissos, mas também para eliminar a figura mesma do compromisso, a forma contrato. O mercado contra o contrato, o individualismo contra todo sujeito coletivo e solidário, o liberalismo contra o Estado de bem-estar" (NEGRI, 1994, p. 3).

Outro foco importante de insuficiências, tanto da AR quanto da EESA, seria a incapacidade de compreensão do capitalismo das últimas duas décadas. Coutrot (2009, p. 261) é um dos autores que reconhece a falha das correntes em identificar nas experiências neoliberais uma alternativa viável a longo prazo para o capitalismo:

> (…) assim como os regulacionistas franceses, os radicais subestimaram consideravelmente a coerência e efetividade da contrarrevolução de Reagan. Custou-lhes um longo tempo para entender que o neoliberalismo poderia gerar novas estruturas sociais para a acumulação capitalista, que seriam certamente menos homogeneizadoras e menos igualitárias que aquelas do período do pós-guerra, mas, no entanto, capazes de restaurar a lucratividade do investimento de forma duradoura (COUTROT, 2009, p. 261).

Uma importante crítica teórica, dirigida tanto à AR quanto à EESA, foi elaborada por Stavros Mavroudeas (2006, p. 200-203), que critica as escolas por terem se afastado de uma "teoria geral abstrata" do capitalismo e adotado um "tipo de análise intermediária". As análises intermediárias procurariam se basear em fatos estilizados e explicá-los. Por isso seriam populares durante o período histórico no qual os fatos estilizados são relevantes. Entretanto, uma vez que ocorra uma mudança no capitalismo, as questões mais fundamentais voltariam a ser destacadas e as teorias intermediárias perderiam capacidade explicativa.

Alguns intérpretes e alguns adeptos de ambas as correntes argumentaram que, ao abandonar a teoria básica de Marx, os autores das escolas ficaram sem uma visão geral do capitalismo (VIDAL, 2001; MAVROUDEAS, 2006; JESSOP, SUM, 2006; LAMARCHE, 2012). Segundo alguns desses intérpretes, isso teria provocado algum nível de dificuldade de compreender o capitalismo contemporâneo (MAVROUDEAS, 2006; JESSOP, SUM, 2006).

O diagnóstico aqui realizado contraria a concepção de que a AR e a EESA abandonaram uma visão geral do capitalismo e aponta que, quando os teóricos das duas escolas tentaram abrir mão de uma concepção geral do funcionamento do sistema econômico, eles não conseguiram fazê-lo. E acabaram adotando, seja de modo explícito, seja de maneira implícita, uma compreensão do modo de produção capitalista inadequada e inconsistente com o projeto inicial das duas escolas. Quando abriram mão de uma teoria geral do sistema capitalista, ambas as escolas acabaram adotando uma concepção pré-teórica do capitalismo.

Desse modo, é possível compreender, por exemplo, que os autores da EESA aceitaram, sem nenhuma justificativa teórica adequada, que uma estrutura social de acumulação seria um arcabouço institucional que permitiria "estabilidade econômica" e "crescimento relativamente rápido" (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994a, p. I) ou

um arcabouço institucional que “promove acumulação rápida e estável” (KOTZ, 2001, p. 97).

Tal posicionamento teórico, que foi adotado de modo bastante explícito pela EESA, foi feito mais implicitamente pela AR, já que poucos autores afirmaram textualmente que todo regime de acumulação deve ser estável (CLÉVENOT, 2008; LAMARCHE, 2012), embora toda a discussão acerca da viabilidade de um regime de acumulação liderado pelas finanças tenha apontado para a instabilidade e o baixo crescimento como fatores que bloqueariam a consolidação desse tipo de regime (BOYER, 2000, 2004, p. 91-103; LIPIETZ, 2001). Além disso, a AR adotou outra concepção equivocada e injustificada: a visão de que as etapas do capitalismo estão associadas às mudanças no ritmo de crescimento da produtividade (AGLIETTA, 1979; BOYER, 1990, 2004; LIPIETZ, 1988; CORIAT, 1994). Os regulacionistas interpretaram o capitalismo dos Estados Unidos e de alguns países europeus da década de 1980 em diante como um padrão de crescimento ainda não consolidado, mas que estaria marcado pelo crescimento extensivo (BOYER, 2002, 2004; 2012; LIPIETZ, 2001; CORIAT, 2002).

Assim, as duas correntes não conseguiram vislumbrar o capitalismo realmente existente nas décadas de 1980 e 1990 como um capitalismo viável. Demorou cerca de trinta anos para que alguns autores da EESA (KOTZ, 2006; WOLFSON, KOTZ, 2010) percebessem que haviam, de modo injustificado, adotado a hipótese de que o funcionamento normal do capitalismo pressupõe elevado crescimento e estabilidade. Os teóricos da regulação ainda não fizeram uma autocrítica desse tipo. É irônico que os autores da escola francesa da regulação, que criticaram teóricos marxistas, keynesianos e neoclássicos pela adesão a teorias que supostamente tratariam o capitalismo como um sistema invariante, tenham adotado, de modo implícito, a concepção de que o funcionamento normal do capitalismo invariavelmente pressupõe elevado crescimento e estabilidade econômica e só é possível um capitalismo com baixo crescimento caso a produtividade se amplie lentamente.

A maneira mais adequada de evitar que características idiossincráticas a uma fase específica do capitalismo sejam generalizadas equivocadamente a todas as etapas do capitalismo é elaborando uma teoria estratificada do modo de produção capitalista. Tal teoria pode ter início com a construção de um plano mais básico de análise, das características presentes no capitalismo em geral (nas suas diversas fases). A elaboração, ainda que de maneira provisória e inacabada, de uma concepção estratificada do modo de produção capitalista permitirá que dois objetivos sejam atingidos. Em primeiro lugar, estabelecerá a possibilidade de conjugar uma teoria abstrata com uma teoria das etapas do capitalismo. Em segundo lugar, ajudará a esclarecer os equívocos teóricos que os autores da EESA e da AR cometeram.

5. **ELEMENTOS PARA UMA TEORIA ESTRATIFICADA DO CAPITALISMO**

Como todas as ciências, as ciências humanas se ocupam de investigar as estruturas e as propriedades do mundo real (BHASKAR, 1975; VANDENBERGHE, 2010). O tecido social é formado por uma multiplicidade de relações sociais e por agentes (que ocupam posições sociais). Aqui é importante fazer duas observações, que os autores da AR e da EESA não apreenderam, acerca das características básicas das relações sociais.

A primeira observação se refere à espacialidade das relações humanas. O âmbito nacional não é o ambiente único nem o mais adequado para se analisar a reprodução e as transformações das relações sociais específicas do modo de produção capitalista, que, por sua própria característica expansiva, procura abarcar todo o planeta. A segunda

observação diz respeito às diferentes temporalidades implícitas nas relações humanas. Algumas dessas relações sociais remontam às primeiras comunidades humanas, enquanto outras estão sendo construídas neste exato momento. É importante distinguir e analisar, de maneira articulada, os efeitos das estruturas de diferente duração. Deve-se ter em mente que, assim como nas ciências naturais, as propriedades e as tendências associadas às relações sociais necessariamente se sobrepõem, se combinam e se anulam. No caso específico do presente trabalho, que procura analisar diferentes teorias de periodização do capitalismo, é relevante distinguir duas temporalidades principais nas relações sociais: as estruturas de longa duração, ou multisseculares, versus as estruturas específicas, ou de época . Se o intuito da análise for a compreensão mais concreta do funcionamento do capitalismo em um intervalo mais curto de tempo é preciso, ainda, fazer o estudo do âmbito mais conjuntural ou factual do mundo social.

Uma teoria adequada das etapas do capitalismo deveria partir das características mais básicas e gerais do capitalismo, como, por exemplo, fizeram Keynes, na "Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda", ou Marx, em "O capital". Depois de estabelecidas as propriedades básicas do capitalismo, pode-se derivar diferentes modalidades possíveis de capitalismo, a partir da análise de características históricas e geográficas específicas. Foge ao escopo do presente trabalho delinear tal teoria, mas alguns elementos podem ser adiantados, para servir de um, entre outros possíveis, pontos de partida teóricos. No total, serão identificadas treze tendências multisseculares, derivadas das características fundamentais do modo de produção capitalista, mas a lista desenvolvida a seguir não é exaustiva.

Marx (1894, p. 312-315) identifica duas características centrais do modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, a produção social aparece na forma de mercadorias. Isso significa que os bens que as pessoas necessitam para sua reprodução cultural, física e material são obtidos primariamente por meio do mercado. Entretanto, a produção não é realizada com o intuito de satisfazer as necessidades das pessoas (o valor de uso) e sim com o objetivo de ampliação dos recursos (valor) originalmente adiantados pelos proprietários dos meios de produção. A segunda característica definidora do modo de produção capitalista é que a própria força de trabalho é uma mercadoria. Os trabalhadores apenas terão acesso aos bens necessários para a sua sobrevivência vendendo a própria força de trabalho aos capitalistas:

> Ele [o modo de produção capitalista] produz seus produtos como mercadorias. Produzir mercadorias não o diferencia de outros modos de produção; mas sim que ser mercadoria é o caráter dominante e determinante de seu produto. Isso implica inicialmente que o próprio trabalhador só aparece como vendedor de mercadoria e, daí, como assalariado livre e o trabalho, portanto, em geral como trabalho assalariado (MARX, 1894, p. 312-315).

Uma primeira tendência associada à própria lógica da circulação de mercadorias é a definição de alguma mercadoria específica, que se destaca das demais, configurando o dinheiro. O desenvolvimento histórico e lógico da forma dinheiro aponta para a substituição do dinheiro mercadoria tanto pelo crédito quanto por formas fiduciárias da moeda, que prescindem do conteúdo material, do valor intrínseco. A padronização da moeda em um espaço geográfico é feita por alguma autoridade, algum poder político.

O desenvolvimento lógico da forma dinheiro implica na segunda tendência do modo de produção capitalista, a substituição do dinheiro por formas mais flexíveis de realização de compras e vendas. Os títulos de dívida tornam-se uma promessa de pagamento futuro, que pode não se concretizar (MARX, 1867, p. 208-215). A existência do crédito,

de títulos de dívida e de ativos baseados na promessa de remuneração futura permite um maior grau de plasticidade ao sistema capitalista, embora amplie as possibilidades de crise econômica.

Uma terceira tendência ligada à generalização das trocas em uma sociedade é a possibilidade de descompasso entre as decisões individuais dos agentes privados, descoordenados, uma das principais causas das crises. A existência de moeda faz com que sejam desconectadas espacialmente e temporalmente, as decisões de compra e de venda: "ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido" (MARX, 1867, p. 187). A possibilidade de retenção de ativos líquidos está na base tanto do princípio da demanda efetiva, sistematizado por Keynes e Kalecki. Se, por um lado, uma diminuição abrupta da demanda – ou da realização da produção, nos termos de Marx – provoca crises econômicas, por outro lado, não há necessidade dos níveis de renda, de crescimento e de emprego manterem-se elevados .

A segunda relação social básica do modo de produção capitalista é a produção de mercadorias. No capitalismo, o trabalho social é distribuído e realizado por meio do mercado. Uma parte da produção social remunera os trabalhadores, enquanto a outra parte, que Marx chama de mais-valor, é apropriada pelos capitalistas. Trabalhadores e capitalistas disputam a distribuição da produção social.

A concorrência entre os capitalistas impele as unidades produtivas a procurarem reduzir os custos de produção e, com isso, diminuir a quantidade de trabalho dispendida no processo produtivo. Essa é a quarta tendência do modo de produção capitalista: o aumento da produtividade do trabalho, originando o que Marx chama de mais-valor relativo. Ao contrário do que defendem os autores regulacionistas, a ampliação da produtividade é uma característica central do capitalismo, presente em todas as suas etapas. E, novamente contrariando os regulacionistas, os aumentos de produtividade não implicam necessariamente na ampliação da cesta normal de consumo da maior parte da população, já que o aumento da produção pode corresponder ao aumento do consumo por parte de uma parcela pequena da sociedade.

Outra característica básica do capitalismo é que as relações sociais entre as pessoas aparecem como propriedades naturais das coisas. A forma mercantil aparece como algo natural e inerente aos objetos, como o peso, a cor e o volume. Marx chama esse processo de fetichismo da mercadoria, a quinta tendência do capitalismo. O fetichismo existe em diversos níveis na sociedade capitalista. Um dos âmbitos no qual ocorre é o fenômeno que Marx chama de "personificação das coisas e coisificação das pessoas". A personificação das coisas implica que os problemas sociais apareçam como problemas dos indivíduos. Desse modo, o desemprego e a criminalidade, por exemplo, aparecem como características inerentes aos desempregados e aos criminosos em vez de características da sociedade.

Como consequência da própria lógica mercantil, de redução dos custos de produção, o trabalho da sociedade fica cada vez mais produtivo. Ocorre uma tensão entre o fato de a produção depender cada vez mais do trabalho passado – que se cristaliza no conjunto de máquinas e equipamentos, mas também no acúmulo de conhecimento científico e tecnológico – em detrimento da força de trabalho viva, que ainda precisa ser vendida pela maior parte dos membros da sociedade, para sua própria sobrevivência. Essa sexta tendência é a forma principal de funcionamento da lei do valor : a sociedade se estrutura e se reestrutura de diferentes maneiras em torno do trabalho social , que é potencializado, mas não necessariamente é utilizado para satisfação das necessidades humanas (POSTONE, 2014). As pessoas são utilizadas pelo sistema econômico em vez de utilizarem os avanços científicos e tecnológicos acumulados para a melhoria das condições de trabalho e de vida. A mesma pressão

concorrencial que impele à criação de novos produtos e ao aumento da produtividade também pressiona para a redução do padrão de vida dos trabalhadores e para a ampliação da jornada de trabalho. Por isso, ocorre uma sétima tendência: grande parte da classe trabalhadora ou do exército de reserva não tem acesso aos bens produzidos pela sociedade e por isso a história do capitalismo é marcada por conflitos distributivos, pela luta de classes e pela desigualdade.

Em virtude da perene elevação da produtividade do trabalho social, o mesmo volume de produção de valores de uso pode ser realizado por um número decrescente de trabalhadores. O volume de emprego em uma sociedade capitalista só aumenta se a produção crescer mais que a produtividade, como Marx deixa claro ao investigar a "lei geral da acumulação capitalista". Isso significa que, em uma sociedade na qual há um imperativo sistêmico ilimitado para a ampliação da produtividade, a produção tem que crescer ilimitadamente, para a manutenção do nível de emprego, gerando enormes pressões no meio ambiente. O desemprego e a destruição do meio ambiente são a oitava e nona tendências:

> E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 1867, p. 573-574).

Marx observara que o capitalismo apresenta uma tendência de se expandir pelo globo terrestre e de gerar inovações. Nos diversos territórios ocorrerão discrepâncias entre: os graus de domínio tecnológico; os níveis de produtividade e de intensidade do trabalho; o desenvolvimento dos sistemas monetários, financeiros e bancários. Tais discrepâncias implicam na décima tendência: a hierarquização espacial do capitalismo, que cria centros e periferias no âmbito planetário. E implica na décima tendência, a projeção da competição intercapitalista e dos conflitos entre frações de classe a todo o globo terrestre. Por isso, a ênfase que os autores da AR e da EESA dão ao nível nacional de análise dificulta a compreensão das diferentes formas do capitalismo, que se articulam, em vez de serem independentes.

Depois de observadas algumas das características mais essenciais do modo de produção, é necessário abordar as propriedades do sistema econômico que fazem com que a investigação histórica e a periodização do capitalismo sejam possíveis, ou mesmo necessárias, em níveis menos abstratos de compreensão. Essas características servem de ponte entre a análise mais geral e abstrata e a análise histórica e institucional do capitalismo.

É essencial destacar que, mesmo no âmbito mais abstrato, a lógica mercantil não está presente em uma forma pura, alheia aos aspectos políticos e morais da sociedade. No caso da exposição de Marx em "O Capital", por exemplo, a jornada de trabalho e o valor da força de trabalho são delimitado não apenas por fatores fisiológicos, mas também por fatores políticos e culturais. Também é muito importante notar que, mesmo no nível mais fundamental de investigação, o Estado está implícito. Ele é pressuposto para estabelecer regras na relação entre capitalistas e trabalhadores, garantir o funcionamento adequado da moeda e do sistema de crédito, administrar conflitos de

interesses entre proprietários privados independentes, estabelecer regras quanto à interação da nação com outros países e prover uma infraestrutura física necessária para a produção e o comércio. Tal fato é consensualmente aceito por Smith, Marx, por outros autores associados à economia política clássica, e pelos autores ligados ao institucionalismo original, embora seja negligenciado por algumas versões da teoria neoclássica, como, por exemplo, as teorias do equilíbrio geral.

Mesmo no plano mais básico de análise, é necessário ter em conta que o sistema econômico possui "impurezas", ou seja, é necessariamente ligado a sistemas que não se reduzem à lógica mercantil, entre os quais a família, o Estado e as relações internacionais. Esse argumento está presente, por exemplo, em um texto de Hodgson (2001) e outro de Hodgson, Itoh e Yokokawa (2001), nos quais os autores criticam a concepção defendida por Kozo Uno, de que seria necessário elaborar uma teoria estratificada do capitalismo tendo como nível mais abstrato de análise uma teoria pura do capitalismo, que, segundo Uno (1980), teria sido elaborada por Marx. É importante ter em mente que existem importantes mercadorias fictícias, como o trabalho, a moeda e a natureza, que não são reprodutíveis pela lógica dos mercados (POLANYI, 1944). Mesmo o funcionamento normal dos mercados pressupõe a inserção desses em um ambiente cultural e social. Nesse ponto, a AR e a EESA estão completamente corretas.
Uma teoria abstrata do modo de produção capitalista não pode ser uma concepção totalmente fechada em si mesma, deve comportar aberturas, pois importantes variáveis do sistema econômico são determinadas por dinâmicas não econômicas. Desde o início do século XX, o caráter aberto de muitos dos principais elementos da economia capitalista é captado pelo conceito de instituição. Nessa perspectiva, as mudanças de etapas do capitalismo podem ser compreendidas como transformações dos conjuntos de instituições. Uma vez admitida a importância das impurezas no sistema econômico (a décima segunda tendência), torna-se lógica a possibilidade de existência de variedades do capitalismo (a décima terceira tendência).

6. **CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

A exposição das tendências e contradições gerais do modo de produção capitalista deixa claro que a AR e a EESA não realizam uma crítica ao sistema econômico. Os autores de ambas as correntes reconhecem a importância das instituições para o funcionamento do capitalismo, ou seja, elaboram uma crítica sociológica ao capitalismo, que está aquém da crítica de Marx (CLARKE, 1991, p. 112). E procuram estimular formas de capitalismo que consideram superiores e mais racionais, em vez de defenderem uma reestruturação mais profunda da sociedade (HUSSON, 2009).

Seguindo a tipologia das formas institucionais da escola francesa da regulação e da abordagem das estruturas sociais de acumulação é possível compreender as mudanças do capitalismo nas últimas décadas a partir de uma análise que combina as tendências multisseculares do capitalismo com as mudanças das instituições transnacionais que servem de base para os diferentes tipos de capitalismo nacional: o padrão de concorrência internacional, o padrão monetário internacional e o poder das classes sociais e frações de classe .

Do ponto de vista da inserção internacional, a liberalização do comércio provocou a ampliação da concorrência, a diminuição do poder político da classe trabalhadora e a diminuição dos ganhos salariais. Além da maior competição no mercado internacional, a dissolução da URSS contribuiu para a diminuição, em nível mundial, do poder de barganha da classe trabalhadora. Por sua vez, o crescimento dos

salários deixou de desempenhar o papel central na ampliação da demanda, que havia na época do fordismo.

Uma das principais maneiras de se ampliar a competitividade das economias capitalistas é por meio da diminuição dos direitos sociais adquiridos ao longo do século XX e da privatização de atividades controladas pelo Estado. As economias crescem menos que na época de ouro do capitalismo, fato que, associado às mudanças tecnológicas ligadas à informática e à automação, ajuda a promover a elevação das taxas de desemprego e a deterioração das condições de vida de uma parte significativa da população mundial .

Para viabilizar o crescimento econômico, a demanda, no capitalismo das últimas décadas, é puxada, em grande parte, pelo endividamento das famílias e pelos déficits públicos. Estes, por seu turno, alimentam os mercados financeiros, onde os capitais buscam boa parte da sua rentabilidade (CHESNAIS, 1996). As grandes empresas têm priorizado por adquirir ativos de maiores liquidez, risco e rentabilidade nos mercados financeiros, em detrimento de realizar investimentos produtivos, que precisam ser justificados por uma ampliação maior da demanda.

A principal economia do mundo, os Estados Unidos, desempenha um papel privilegiado por ser detentor da moeda de reserva internacional. O país pode realizar grandes déficits comerciais, que estimulam o acelerado crescimento econômico chinês e alimentam os mercados financeiros globais (VAROUFAKIS, 2011). A ascensão da China à posição de principal país produtor de bens industrializados do mundo contribuiu com a perda de competitividade das economias ocidentais e com a ampliação do desemprego e da desindustrialização de vários países. Estes fatos, por sua vez, enfraquecem a classe trabalhadora e limitam a capacidade de crescimento, pois países que crescem mais rápido podem ficar pouco competitivos, caso o crescimento esteja associado a elevados aumentos salariais.

O baixo poder da classe trabalhadora e o poder político dos grupos financeiros e das corporações multinacionais fazem com que os salários cresçam menos que a produtividade e que a concentração de renda tenha alcançado, no início do século XXI, patamares bastante elevados, próximos daqueles encontrados nas primeiras décadas do século XX (PIKKETY, 2014). Mesmo que algumas dessas tendências do capitalismo contemporâneo sejam revertidas e a economia mundial volte a crescer rapidamente, as contradições do sistema econômico podem se acirrar, por causa das ameaças de destruição ambiental e do aquecimento global, desafios sérios que, aparentemente, nem a economia convencional nem a atual geração de governantes está capacitada para enfrentar. O enfrentamento sério dos problemas ambientais pode implicar na necessidade de uma restrição séria à lógica dos mercados, que não está na ordem do dia dos principais partidos políticos no governo das economias centrais.

A crise contemporânea, que eclodiu após o estouro das hipotecas subprime nos Estados Unidos e depois atingiu várias economias diferentes, está associada à ampliação do setor financeiro, ao endividamento dos trabalhadores de alguns países e à dificuldade de realização de políticas anticíclicas (especialmente na Europa). Os pesquisadores ligados à abordagem da regulação e à escola das estruturas sociais de acumulação previram que tal crise marcará o fim das estruturas institucionais liberais ou ligadas às finanças. Entretanto, as forças políticas em atuação nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina não estão dispostas a modificar as estruturas institucionais do capitalismo contemporâneo. Pelo contrário, os cenários políticos atuais apontam para o reforço de várias das tendências neoliberais.

A superação da crise atual pode se dar, aparentemente, dentro dos limites das instituições neoliberais. O neoliberalismo enquanto um regime de crescimento garante o

funcionamento da economia dentro dos padrões capitalistas, mesmo não sendo virtuoso segundo aspectos sociais e humanos. Do ponto de vista da acumulação e da geração de lucro, que é o ponto de vista essencial para a lógica do capital, o neoliberalismo é uma etapa normal como qualquer outra, mesmo que do ponto de vista humanitário, social e ambiental seja um momento de grave crise. Se forem analisados outros períodos mais virtuosos do ponto de vista do desenvolvimento econômico, como a "era de ouro" do capitalismo, também aqui ocorreram crises sociais e humanitárias. As guerras de descolonização, a Guerra Fria, as ditaduras e mesmo a ameaça de guerra nuclear são sintomas disso.

Longe de configurar uma situação imprevisível e insolúvel, algumas das crises econômicas atuais, como a crise grega e a crise brasileira, são, antes de tudo, uma opção política. Governantes aprenderam, desde a década de 1930, a realizar políticas econômicas que promovam o crescimento. Entretanto, essas mesmas políticas podem ser usadas, como atestou Kalecki (1943) no artigo "aspectos políticos do pleno emprego", para promover a recessão. Políticas econômicas recessivas foram usadas, por exemplo, nos governos Carter e Reagan, nos Estados Unidos, e no governo Thatcher, na Inglaterra. A promoção de crises é uma estratégia realizada com intuito de reduzir níveis salariais e o poder político da classe trabalhadora. Além disso, as crises possibilitam a adoção de políticas econômicas altamente impopulares e que favorecem uma parcela muito pequena da população (KLEIN, 2008).

A escola francesa da regulação e a escola das estruturas sociais de acumulação procuraram, durante décadas, por padrões de desenvolvimento que garantissem rápido crescimento e elevado nível de bem-estar. Entretanto, a análise das características básicas do capitalismo, assim como a investigação da história econômica dos últimos dois séculos, mostra que padrões de desenvolvimento com tais características são antes a exceção do que a regra. A "era de ouro" do capitalismo só foi possível porque as elites econômicas europeia e americana abriram mão de parte de seus privilégios, no contexto da Guerra Fria e da reconstrução das economias destruídas pela segunda guerra mundial. Nas últimas décadas tem ocorrido um movimento no sentido contrário. Essas mesmas elites estão procurando destruir os mecanismos de bem-estar social. A consideração do poder e do plano internacional permite que seja adotada uma interpretação diferente tanto do capitalismo do pós-guerra, quanto da economia na década de 1990, que destaca o papel central que a Guerra Fria desempenhou na sustentação do padrão de crescimento americano do pós-guerra, na sustentação das coalizões socialdemocratas europeias e no desenvolvimento do Japão e da Coreia:

> Do mesmo modo, se não se partisse do "nacionalismo metodológico" como referência analítica sobre regimes de acumulação centrados na relação salarial, seria possível abordar de forma mais articulada a diversidade dos capitalismos nacionais e dos modelos sociais no pós-guerra com a dinâmica e as características da guerra fria. A existência da URSS até 1989 não apenas contribuiu para a sustentação de coalizões socialdemocratas nos países europeus, como abordado no texto [BOYER, 1998]. Na verdade, a ampla variedade de formas alternativas de organização industrial como os keiretsus e os chaebols na Ásia, bem como a ajuda americana e a abertura unilateral de seu mercado interno, foram resultado de políticas de apoio ou de concessão dos EUA tendo em vista o conflito com o socialismo real. Foi este processo que estava na base da "complementaridade das formas de regulação" como se refere Boyer. A base desta complementaridade era a existência do inimigo externo comum. Com o fim do bloco socialista e com a amplíssima hegemonia moral e intelectual dos

> EUA, os apoios e as concessões foram-se dissolvendo e, com ela, a complementaridade com formas institucionais diversas (MEDEIROS, 1998, p. 221).

A maior parte do mundo não assistiu aos pactos fordistas, que garantiam a inclusão de boa parte da classe operária. No Brasil, por exemplo, os trabalhadores nunca tiveram pleno acesso a mecanismos de proteção social nem a uma parcela maior da produção social. Ao longo da história as elites econômicas e políticas brasileiras abortaram qualquer tentativa de democratização significativa da vida econômica. Foram inúmeros os exemplos de rupturas institucionais promovidas por essas mesmas elites, quando sentiram ameaçados seus privilégios. O próprio fim da monarquia se deveu à abolição da escravatura ocorrida um ano antes. O suicídio de Getúlio Vargas, a ditadura militar e a derrubada de Dilma Rousseff também são exemplos de tal fenômeno.

7. **CONCLUSÃO**

A abordagem da regulação e a escola da estrutura social de acumulação se originaram, em meados da década de 1970, procurando compreender as especificidades da crise do período, que foi explicada pelas duas abordagens como resultante do tipo de estrutura institucional predominante nas economias avançadas da época. Tal estrutura institucional incluía políticas keynesianas de crescimento, moeda fiduciária, hegemonia estadunidense, aumentos salariais e consumo em massa. A partir da década de 1970, o padrão de crescimento do pós-guerra entrou em crise. De acordo com os trabalhos da AR e a EESA das décadas de 1980 e 1990, o capitalismo dessas décadas seria marcado pela continuidade da crise dos anos 1970 e não por um padrão de crescimento plenamente estabelecido. Foi somente depois do ano 2000 que ambas as escolas vislumbraram o neoliberalismo (ou o capitalismo liderado pelas finanças) como uma época do capitalismo.

Segundo vários autores, a AR e a EESA abriram mão de uma teoria geral do capitalismo. O diagnóstico realizado no presente trabalho contraria a concepção de que a AR e a EESA abandonaram uma visão geral da economia e aponta que, quando os teóricos das duas escolas tentaram abrir mão de uma teoria geral, não conseguiram fazê-lo. E acabaram adotando, seja de modo explícito, seja de maneira implícita, uma compreensão do modo de produção capitalista inadequada e inconsistente com o projeto inicial das duas escolas.

A crítica sociológica ao capitalismo (a compreensão de que o mercado não é uma esfera separada ou separável do mundo político e cultural), realizada com sucesso pelas duas correntes, é totalmente pertinente e necessária, mas não é suficiente para a compreensão do sistema econômico. É mais adequado que a periodização do modo de produção articule uma compreensão adequada dos fundamentos do capitalismo com a necessária variabilidade histórica e geográfica do mesmo.

O presente artigo argumenta que é possível articular a análise das tendências multisseculares do modo de produção com a análise tanto das características específicas a cada espaço geográfico e a cada período histórico do capitalismo quanto com a investigação dos elementos mais concretos da vida econômica. Desse modo, poderia ser retomado o projeto original da AR e da EESA, a conjugação de uma teoria geral do capitalismo com a periodização do sistema econômico. O reconhecimento da existência distinta das características gerais do modo de produção e das características específicas do capitalismo em alguns períodos e em algumas regiões também pode permitir um

diálogo mais aprofundado entre diferentes escolas de pensamento econômico, tais como o marxismo, o institucionalismo e o keynesianismo.

Por fim, o entendimento das características mais gerais do sistema econômico não exclui a compreensão da historicidade do mesmo, mas, pelo contrário, possibilita que se vislumbre a articulação necessária entre a economia, a política, as relações internacionais e outras áreas do conhecimento humano, permitindo uma melhor compreensão das mudanças qualitativas do capitalismo e do funcionamento concreto da vida econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation:** the US experience. Londres e Nova York, Verso, 2000a (1979).

AMIN, S. A propos de la régulation. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C. (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison économique**. Paris, L'Harmattan (número especial da Futur Antérieur), 1994.

BHASKAR, R. **A realist theory of science.** Londres, Verso, 2008 (1975).

BORGES NETO, J. **Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista.** Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, USP, 2002.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **Beyond the waste land:** a democratic alternative to Economic Decline. Nova York, Doubleday, 1984.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **After the waste land:** a democratic economics for the year 2000. Armonk, M. E. Sharpe Inc., 1990.

BOYER, R. **A teoria da regulação:** uma análise crítica. São Paulo, Nobel, 1990.

BOYER, R. Os modos de regulação na época do capitalismo globalizado: depois do boom, a crise? In: FlORI, J. L; TAVARES, M. C; RAMONET, I; CASTEL, R; HIRST, P; BOYER, R. (Orgs.). **Globalização:** o fato e o mito. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998.

BOYER, R. Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A preliminary analyse. **Economy and Society**, Vol. 29, No. 1, 2000.

BOYER, R. **La croissance, début de siècle:** de l'octet au gène. Paris, Albin Michel, 2002.

BOYER, R. *Théorie de la régulation***,** Vol. 1: les ***fondamentaux***. Paris, La découverte, collection Repères 2004.

BOYER, R. **Les financiers détruiront-ils le capitalisme?** Paris, Economica, 2011.

BOYER, R. The four fallacies of contemporary austerity policies: the lost Keynesian legacy. **Cambridge Journal of Economics**, No. 36, 2012.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo.** Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1987.

BRAUDEL, F. Escritos sobre a História. São Paulo, Perspectiva, 1992.

BRENNER, R; GLICK, M. The regulation approach: theory and history. **New Left Review**, No. 188, 1991.

BRENNER, R. Reply to critics. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East,** Vol. XIX, No. 2, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo, Xamã, 1996.

CLARKE, S. **Overaccumulation, class struggle and the regulation approach.** In: BONEFELD, W; HOLLOWAY, J. Post-fordism & social form: a Marxist debate on the post-fordist state. Londres, MacMillan Academic and Professional, 1991.

CLÉVENOT, M. Les difficultés à nommer le nouveau régime de croissance. **Revue de la régulation**, outono de 2008.

CORIAT, B. La théorie de la régulation: origines, spécificités et perspectives. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison**

économique. Paris, L'Harmattan (número especial da Futur Antérieur), 1994.
CORIAT, B. France: un fordisme brisé... et sans sucesseur. In: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation:** l'état des savoirs. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.
COUTROT, T. **The american radicals:** a subversive current at the heart of the empire. In: BIDET, J; KOUVELAKIS, S. Critical companion to contemporary marxism. Chicago, Haymarket Books, 2009.
COX, R. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais:** um ensaio sobre o método. In: GILL, S. (Org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.
DUMÉNIL, G; LÉVY, D. **The regulation school in light of one century of the U.S. economy.** Manuscrito não publicado. Paris, CEPREMAP. Disponível em: http://cepremap.ens.fr/~levy/. Acesso em 15/04/2013, 1999.
GORDON, D. The global economy: new edifice or crumbling foundations? In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social Structures of Accumulation:** the Political Economy of Growth and Crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994.
GORDON, D; EDWARDS, R; REICH, M. **Divided works, segmented workers:** the historical transformation of labour in the United States. Nova York, Cambridge University Press, 1982.
HARVEY, *D.* **Condição pós-moderna*:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, ***2005.***
HARVEY, D. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
HIRSCH, J. Fordism and post-fordism: the present social crisis and its consequences. In: BONEFELD, W; HOLLOWAY, J. **Post-fordism & social form:** a Marxist debate on the post-fordist state. Londres, MacMillan Academic and Professional, 1991.
HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado.** Rio de Janeiro, Revan, 2010.
HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** O breve século XX. 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
HODGSON, G. The evolution of capitalism from the perspective of institutional and evolutionary economics. In: HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. (Eds.). **Capitalism in evolution:** global contentions – East and West. Cheltenham, Edward Elgar, 2001.
HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. Introduction. In: HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. (Eds.). **Capitalism in evolution:** global contentions – East and West. Cheltenham, Edward Elgar, 2001.
HUSSON, M. **The regulation school:** a one-way thicket from Marx to social liberalism? In: BIDET, J; KOUVELAKIS, S. Critical companion to contemporary marxism. Chicago, Haymarket Books, 2009.
JESSOP, B; N. L. SUM. **Beyond the regulation approach:** putting capitalist economies in their place. Cheltenham, Edward Elgar, 2006.
KALECKI, M. Aspectos políticos do pleno emprego. Em: KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo, Hucitec, 1977 (1943).
KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo do desastre. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
KOTZ, D. The regulation theory and the social structure of accumulation approach. In: KOTZ,
D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social structures of accumulation:** the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

KOTZ, D. The state, globalization and phases of capitalist development. In: ALBRITTRON, R; ITOH, M; WESTRA, R; ZUEGE, A. **Phases of capitalist development:** booms, crises, and globalizations. Nova York, Palgrave, 2001.

KOTZ, D. **Institutional structure or social structure of accumulation?** Artigo apresentado na conferência: "Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis," National University of Ireland, Galway, November 3, 2006.

KOTZ, D. The current economic crisis in the United States: a crisis of over-investment. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 45, No. 3, 2013.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T. Global neoliberalism and the contemporary social structure of accumulation. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary Capitalism and its Crises:** Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century. Nova York, Cambridge University Press, 2010.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. **Introduction.** In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994a.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. **Afterword:** New international institutions and renewed world. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis. Nova York, Cambridge University Press, 1994b.

LAMARCHE, T. Des limites de la régulation… qui peuvent en cacher d'autres. **Revue de la régulation**, outono de 2012.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres. Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo.** São Paulo, Nobel, 1988.

LIPIETZ, A. The fortunes and misfortunes of post-fordism. In: ALBRITTRON, R; ITOH, M; WESTRA, R; ZUEGE, A. **Phases of capitalist development:** booms, crises, and globalizations. Nova York, Palgrave, 2001.

LIPIETZ, A. Quelles régulations internationales pour le XXIe siècle? **Revue Politique**, abril, 2012.

LIPIETZ, A. La trop évitable crise européenne. In: AUFFREY-SÉGUETTE, M; FERRY, J.-M. LECLERC, A. **Crise et critique.** Paris, Presses Univ. de Paris-Sorbonne, 2015.

LIPPIT, V. The neoliberal era and the financial crisis in the light of SSA theory. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 46, No. 2, 2014.

LORDON, F. Changement d'époque? In: LORDON, F. **Jusqu'à quand?** Pour en finir avec les crises financières. Paris, Ed. Raisons d'agir, 2008.

MARX, K. **O capital.** Crítica da economia política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013 (1867).

MARX, K. **O capital.** Crítica da economia política. Livro III, Tomo II. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986 (1894).

MAVROUDEAS, S. Social structures of accumulation, regulation approach and stages theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D; GONZALES-PEREZ. **Growth and Crises:** Social Structure of Accumulation Theory and Analysis. Galway, National University of Ireland, 2006. Disponível em: http://ssagalway.blogspot.com, acesso em 10/06/2010.

MEDEIROS, C. Globalização, mercados e instituições segundo a perspectiva regulacionista: uma análise crítica. In: FlORI, J. L; TAVARES, M. C; RAMONET, I; CASTEL, R; HIRST, P; BOYER, R. (Orgs.). **Globalização:** o fato e o mito. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998.

MELLO FILHO, M. **Escola francesa da regulação, escola da estrutura social de acumulação e as etapas do capitalismo**. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de

Desenvolvimento e Planejamento Regional, UFMG, 2016.
NEGRI, T. L'école de la régulation face à des nouveaux problémes. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison économique.** Paris, L'Harmattan (número especial da Futur Antérieur), 1994.
PIKKETY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2014.
POLANYI, K. **The great transformation.** Nova York, Farrar & Rinehart, 1944.
POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social.** São Paulo, Boitempo, 2014.
UNO, K. **Principles of political economy:** theory of a purely capitalist society. Brighton, Harvester Press, 1980.
VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista:** um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
VAROUFAKIS, Y. **The global minotaur:** America, the true origins of the financial crisis and the future of the world economy. Londres, Zed Books, 2011.
VEBLEN, T. **Why is economics not an evolutionary science.** The Quarterly Journal of Economics, Vol. 12, 1898.
VIDAL, J. Birth and growth of the French regulation school in the French intellectual context. In: LABROUSSE, A; WEISZ, J. **Institutional Economics in France and Germany:** German Ordoliberalism versus the French Regulation School. Berlin, Springer, 2001.
WOLFSON, M; KOTZ, D. **A reconceptualization of Social Structure of Accumulation Theory.** In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. Contemporary Capitalism and its Crises. Social Structure of Accumulation Theory for the 21st Century. Nova York, Cambridge University Press, 2010.